



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

LEANDRO ZEFERINO MAESTRI

O IMPACTO DA PANDEMIA NO PIB E ECONOMIA BRASILEIRA

Palhoça
2021

LEANDRO ZEFERINO MAESTRI

O IMPACTO DA PANDEMIA NO PIB E ECONOMIA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade do Sul de Santa Catarina,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Prof.^a. Joseane Borges de Miranda. MSc.

Palhoça
2021

AGRADECIMENTOS

RESUMO

De um modo em geral, as situações globais severas, como a crise atual provocada pela pandemia de COVID-19 extrapolam todas as previsões e planejamentos, tanto de empresas, dos órgãos públicos, como das pessoas e impactam significativamente na economia de uma país, e neste caso, na economia global. Assim, o objetivo do presente trabalho foi de verificar os impactos macroeconômicos na economia brasileira em decorrência da Covid-19. Utilizou-se o método da Revisão Bibliográfica Narrativa, por meio de uma revisão da literatura. Verificou-se que ainda não se sabe qual é o tamanho do impacto que a Covid-19 casou sobre a economia e PIB do país e como vai ser a sua retomada. Porém, as situações econômicas de muitas empresas apontam para um início de uma crise que repercute na produção interna do país, e consequentemente em sua economia. O governo já adotou uma série de medidas emergenciais para atendimento a muitas destas empresas, para aliviar os impactos da crise, tais como auxílio financeiro, possibilidade de redução de carga horária, auxílio em parte das folhas de pagamento, dentre outras. Porém, estas situações requerem ainda um maior apoio governamental.

Palavras-chave: Pandemia. Covid-19. Crise. PIB.

ABSTRACT

In general, severe global situations, such as the current crisis caused by the pandemic of COVID-19, go beyond all forecasts and plans, both of companies, public agencies and people, and significantly impact the economy of a country, and in this case, in the global economy. Thus, the objective of the present work was to verify the macroeconomic impacts on the Brazilian economy as a result of Covid-19. The Narrative Bibliographic Review method was used, through a literature review. It was found that it is not yet known how big the impact that Covid-19 had on the economy and GDP of the country and how it will be resumed. However, the economic situations of many companies point to the beginning of a crisis that has repercussions on the country's domestic production, and consequently on its economy. The government has already adopted a series of emergency measures to assist many of these companies, to alleviate the impacts of the crisis, such as financial assistance, the possibility of reducing the workload, assistance in part of the payrolls, among others. However, these situations still require greater government support.

Keywords: Pandemic. Covid-19. Crisis. PIB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação existente entre a taxa de juros Selic e a inflação efetiva.....	23
Figura 2: Variação trimestral do PIB, frente aos três meses anteriores.	32
Figura 3: Desempenho dos setores no segundo trimestre de 2020.	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do PIB e seus componentes – 2014 a 2017.....	30
Tabela 2: Impacto sobre variáveis econômicas selecionadas.....	35
Tabela 3: Contribuição das variáveis macroeconômicas.	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB entre 2003 a 2017.....	26
Gráfico 2: PIB e FBCF – nível e variação.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
2. CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	14
2.1 O CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL	14
2.2 ESPECIFICIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	17
2.3 O PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL	18
2.4 POLÍTICA DO BANCO CENTRAL	21
2.5 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE COMBATE À INFLAÇÃO	22
2.6 A INFLAÇÃO E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	24
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	26
3.1.1 O crescimento 2003-2008	27
3.1.2 O crescimento 2009-2014	27
3.1.3 A recessão de 2015 e 2016	28
3.1.4 A recuperação de 2017	29
3.2 O PIB DO BRASIL E A PANDEMIA DE 2020	31
3.3 IMPACTOS MACROECONÔMICOS DA PANDEMIA NO PIB BRASILEIRO	34
3.4 ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS ADOTADAS	38
3.5 O PERÍODO PÓS-PANDEMIA	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos gerais de economia pressupõem que nas ações cotidianas estão incluídas inúmeras decisões econômicas. Essas decisões produzem consequências, ou seja, sugestões sobre a vida de cada um disponível à existência humana. Daí a importância dessas ações individuais sobre a coletividade e a construção de responsabilidade para o exercício de uma cidadania plena.

Dessa forma, os conhecimentos sobre a economia são importantes não para as relações comerciais profissionais, mas sim, também na economia familiar, relações pessoais, dentre outras. Portanto, o entendimento dos assuntos relacionados à economia é extremamente importante para todos os cidadãos.

Ainda, as ações de políticas econômicas capazes de conduzir o Brasil em direção ao alcance de suas metas macroeconômicas estão estritamente ligadas ao sucesso do plano econômico do país.

Este conjunto de ações necessárias para que a economia interna do país se fortaleça e deixe o Brasil em condições de desenvolver com sustentabilidade social, econômica e ambiental precisa ser construído através de uma série de ações conjuntas, que envolva os três entes federados.

Porém, situações globais severas, como a crise atual provocada pela pandemia de COVID-19 fogem de muitas perspectivas e planejamentos, tanto de empresas, como das pessoas e impactam significativamente na economia de um país, e neste caso, na economia global.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Neste momento de pandemia, onde as dificuldades aumentaram para todos os setores, segundo o SEBRAE (2020), com o fechamento do comércio e de diversos outros empreendimentos como medida de prevenção de combate ao Coronavírus, com o isolamento social, muitos empreendedores tiveram que fechar as portas de seus estabelecimentos. Outros que conseguiram se manter, tiveram que se reinventar para garantir a sobrevivência dos negócios.

Pois, de um modo em geral, a preocupação deixou de ser uma questão apenas da área da saúde, e atingiu o setor financeiro mundial. Com base nesta breve contextualização, o tema do presente trabalho é em relação à evolução do PIB na pandemia. Desse modo a pergunta norteadora deste trabalho se resume na seguinte questão: “Quais os impactos causados pela pandemia?”.

Durante o período de crise e isolamento social, proprietários de pequenas empresas e microempreendedores tendem a sofrer mais com a baixa nas vendas e no faturamento. A pandemia do novo Coronavírus e as medidas de isolamento determinadas pelas autoridades de saúde causou um impacto direto sobre a economia e, em especial, nos pequenos negócios e repercutindo em todos os setores da economia brasileira (SEBRAE, 2020).

Assim, o presente estudo se baseia na seguinte pergunta norteadora: Quais os reais impactos macroeconômicos na economia brasileira em decorrência da Covid-19? Portanto, durante o desenvolvimento este trabalho pretende-se responder a tal questionamento, bem de como, de outras questões relacionadas a este importante tema presente na sociedade contemporânea.

1.2 OBJETIVOS

Tomando como base o problema de pesquisa, apresentam-se, na sequência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é verificar os impactos macroeconômicos na economia brasileira em decorrência da Covid-19.

1.2.2 Objetivos específicos

De forma a atingir e complementar o objetivo geral apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- Contextualizar o cenário econômico do Brasil; verificar os impactos do coronavírus na economia e PIB brasileiro;

- Realizar uma análise da eficácia das medidas governamentais adotadas para minimizar os impactos na economia.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho se justifica pela importância em contextualizar este tema relacionado à economia brasileira, especialmente neste período de pandemia. Assim, com o desenvolvimento do presente estudo pretende-se realizar uma contextualização sobre o tema e responder às questões acima apresentadas de forma a atingir os objetivos propostos e disponibilizar os dados junto à comunidade acadêmica, profissional e público em geral.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se o método da Revisão Bibliográfica Narrativa, uma revisão da literatura, a qual é uma análise ponderada e extensa da literatura disponível sobre um determinado assunto, utilizando livros, periódicos, jornais, artigos impressos e eletrônicos, de forma a reconhecer os autores que trataram sobre o tema anteriormente (TRENTINI; PAIM, 1999).

A metodologia da Revisão Bibliográfica Narrativa tem a função de ser um trabalho amplo, delineadas para discutir o 'estado da arte' de um determinado assunto, sob uma perspectiva teórica ou contextual (ROTHER, 2007).

O referencial teórico é essencial para fundamentar a proposta do estudo, assim como enriquecer a reflexão entre os autores mais relevantes no campo de pesquisa (SILVA; TRENTINI, 2002).

Segundo Gil (2017), a revisão é uma reflexão sobre o material já produzido por outros autores, mas que se desenrola de forma imparcial tendo por base o entendimento do pesquisador e sua própria interpretação, de acordo com os objetivos pré-estabelecidos.

No que concerne ao tipo de pesquisa, elegeu-se a pesquisa qualitativa, esta pode ser considerada um eficaz ponto de referência ao pesquisador, o qual é tratado como ponto principal de todo o processo em um estudo baseado na metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa – Revisão de Literatura (CAJUEIRO, 2012).

Nesse íterim, um procedimento metodológico guiado pela pesquisa qualitativa, a análise das informações coletadas tem o intuito de apresentar conclusões importantes e conexas, com base em um problema de pesquisa específico (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Assim, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa tem como principal objetivo o debate e a definição dos aspectos associados ao objeto de estudo (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Para isso, utilizou-se exclusivamente os conceitos observados em publicações de periódicos, livros, jornais, artigos, e demais meios de informação de grande relevância e impacto neste meio acadêmico.

Segundo Rother (2007), os textos usados na revisão narrativa constituem uma análise crítica, podendo contribuir no debate de temáticas e atualizar o conhecimento em um curto espaço de tempo.

De tal modo, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa adotada se mostra capaz de promover a devida discussão referente ao objeto de estudo definido no presente trabalho de pesquisa, buscando uma conclusão inovadora e o desenvolvimento de novos estudos.

2. CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Neste tópico será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o assunto proposto, de forma a embasar cientificamente o conteúdo com base nas referências utilizadas para o presente referencial teórico.

2.1 O CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL

As relações econômicas estão relacionadas diretamente ao dia-a-dia da população desde os primórdios da humanidade e foram evoluídos, assim como, a própria humanidade. Pois, na atualidade com o crescimento econômico também se relacionam as questões que envolvem o poder econômico das pessoas, o desemprego, a inflação, e também com as instabilidades e estabilidades da economia de forma geral, se interpretam em diferentes situações. Nesse sentido, os economistas que são os estudiosos da área, interpretam estas questões e projetam tendências baseando-se em teorias e conclusões teóricas distintas, dependendo de cada ponto de vista.

A teoria macroeconômica conforme Garcia; Vasconcellos (2002) analisa a economia como um todo, estudando a determinação e o comportamento de grandes agregados, como por exemplo: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Dessa forma, o mercado de bens e serviços define o nível de renda, produto nacional e de preços, consumo, poupança e investimentos agregados e exportações e importações. E isso, influencia diretamente as ações de mercado, e poder de compra da população (TÁVORA, 2020).

Segundo Vasconcellos; Garcia (2006) a taxa do crescimento da inflação afeta o desemprego, não aceita pela tradicional teoria neoclássica, que, ao basear-se na racionalidade econômica dos agentes, que afirma que o nível de produto e de emprego deve depender das condições técnicas disponíveis para uma sociedade num determinado momento do tempo, além, é claro, da disponibilidade dos fatores de produção, influenciando assim o respectivo mercado, especialmente em relação à lei de oferta e procura.

A teoria macroeconômica, como toda política possui metas a serem atingidas. Portanto, dentre estas, destaca-se o alto nível de emprego; a estabilidade de preços; a distribuição da renda e crescimento econômico. Nesse sentido, o nível de emprego acaba sendo uma das metas mais importantes, pois, quando as pessoas recebem um salário passam a ter reais condições de adquirir determinadas mercadorias, aquecendo o mercado interno.

Segundo Garcia; Vasconcellos (2002), a correta distribuição de renda também é meta da macroeconomia, tanto em relação ao nível pessoal quanto ao nível regional. Porém, mesmo sendo considerada importante, não se veem no Brasil a criação de políticas públicas efetivas para diminuir esta diferença que existe no país, pelo contrário, percebe-se que a cada dia essa diferença vem aumentando, onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres, mais pobres.

Para atingir estas metas a teoria macroeconômica se divide em alguns instrumentos, tais como: as políticas fiscal, monetária, cambial e comercial e de rendas, que envolvem a atuação do governo. Nesse sentido, apresentam-se abaixo os conceitos de cada uma.

- **A política fiscal:** é aquela que tem relação com os instrumentos disponíveis pelo governo para a arrecadação de impostos e contribuições, e o controle de suas despesas. Ela também é utilizada para estimular ou inibir os gastos do setor privado.
- **A política monetária:** é aquela que na qual o governo atua sobre a quantidade de moeda e títulos públicos, portanto, os recursos disponíveis, a emissão de compra e venda de títulos, regulamentação sobre crédito e taxas de juros são alguns exemplos.
- **A Política Cambial e Comercial:** é aquela onde as duas juntas atuam sobre o setor externo da economia. Desta forma, a política cambial diz respeito à ação do governo sobre a taxa de câmbio. Onde, o governo fixa ou permite que a taxa de câmbio seja flexível, através do Banco Central. Por outro lado, a política Comercial refere-se aos instrumentos que estimulam as exportações como os estímulos fiscais e taxas de juros subsidiadas ao controle das importações, tarifas e barreiras maiores.
- **Política de Rendas:** é aquela que diz respeito à interferência do governo na formação de renda, por meio do controle e congelamento dos preços. O

controle dos preços e salários é adquirido com o combate ao aumento generalizado nos preços, que é a inflação. Como exemplos de políticas anti-inflacionárias brasileiras se têm o salário mínimo, o congelamento de preços e os salários.

Desta forma, o Banco Central (BC) tornou-se o principal responsável pela definição das metas de inflação associando-as a uma política monetária rígida, a altíssimos juros e, a partir de 1999, a um regime de crescimento econômico flutuante.

Nesse sentido, percebe-se que as ações de políticas econômicas capazes de conduzir o Brasil em direção ao alcance de suas metas macroeconômicas estão estritamente ligadas ao sucesso do plano econômico do país. Este conjunto de ações necessárias para que a economia interna do país se fortaleça e deixe o Brasil em condições de desenvolver com sustentabilidade social, econômica e ambiental precisa ser construído através de uma série de ações conjuntas, que envolva os três entes federados.

Sabe-se que no Brasil a questão política e partidária é muito forte, e às vezes atrapalha muito o planejamento e execução de medidas fiscais mais uniformes ao país. Mas para que o país alcance as suas metas macroeconômicas as políticas públicas federais devem convergir com as estaduais e municipais, o que, pelo que temos visto no cenário atual, estamos distantes de conseguir.

Dessa forma, conforme Mota (2014) verifica-se que a economia se separa em correntes teóricas distintas, podendo, grosso modo, ser separada principalmente em ortodoxia e heterodoxia.

A separação destas correntes econômicas analisadas em relação à produção, da moeda, e do crédito, funciona como regulamento dos mercados, sendo que o papel do Estado dentro da economia é de encarar as crises e as saídas para elas. Portanto, a ortodoxia econômica tem em mente que o mercado se autorregula, ou seja, não precisa da intervenção do Estado, pois, a economia ortodoxia se baseia em mecanismo de preços eficientes (MOLLO, 2004).

Nesta perspectiva econômica, é preciso considerar o momento em que a Pandemia provocada pelo coronavírus que está provocando grandes alterações no cenário econômico mundial. Assim, se torna interessante também considerar as características e especificidades da economia brasileira contemporânea.

2.2 ESPECIFICIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

O ano de 2020 foi marcado por uma drástica mudança pela qual a população teve que se acostumar, ou seja, com a pandemia de Covid-19 as pessoas tiveram que adotar medidas de isolamento social, gerando uma queda na economia. Assim, baseado em experiências anteriores, como as recentes crises de 2008 e 2009, mesmo em amplitude bem menor, mas mostraram que às vezes os impactos podem ser mais severamente sentidos em períodos posteriores.

Se no Brasil sentiu-se os reflexos da crise mundial de 2008/2009 apenas em 2013 e 2014 em diante, muito foi em função dos dados da economia brasileira terem sido manipulados anteriormente a 2014 pelo governo brasileiro para esconder a real situação.

Na época, como o país estava numa franca onda de consumismo, isso acabava gerando altos valores de arrecadação de impostos. Dessa forma, nesta onda consumismo as indústrias continuavam fabricando, as empresas vendendo, as pessoas trabalhando e consumindo e o governo arrecadando. Por um período parecia que estava tudo bem e que a crise mundial não afetava o Brasil.

Mas os primeiros sinais de deterioração da economia e do mercado de trabalho começaram a aparecer realmente em 2014. Embora a taxa de desempregado da pesquisa mensal de empregos (MPE), de 4,8%, tenha atingido o menor nível da série histórica, houve redução do número de vagas naquele período. “Além da economia já demonstrar fraqueza, o avanço da operação Lava Jato provocou uma série de demissões em massa na construção civil, que se intensificou no início de 2015” (E&D, 2016).

Para Pastore; Pinotti (2008), a crise chega ao Brasil através de dois canais distintos. O primeiro deles é o encolhimento dos fluxos de capitais que são necessários para o país financiar os déficits nas contas correntes, para poder manter elevada a taxa de investimento. O segundo canal foi a redução dos preços internacionais das commodities, o que contribui em última instância para a redução do preço médio das exportações mundiais.

Os efeitos da crise econômica na produção industrial chegaram através das vias comercial e creditícia. A falta de crédito veio com o enfraquecimento dos mercados financeiros.

Com isso, a indisponibilidade de aquisição de grandes empréstimos destinados à produção afetou o nível de investimento na economia brasileira, bem como as expectativas dos agentes. “Pela via comercial o canal de chegada da crise foi o esgotamento da demanda externa, impactando negativamente nos setores de bens intermediários e na produção de bens de capital, como ônibus e aviões” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

A partir destes dados é possível ver como o setor de serviços e da construção civil que antes alavancavam a economia com a geração de empregos atualmente apresentam dados negativos.

Um dos fatores mais afetados com a desaceleração da economia brasileira foi à oferta de emprego. Como a indústria e a construção civil frearam, devido à falta de investimentos e com a redução nas vendas, sobrou para os empregados.

Em tempos de crise vividos pela pandemia atual, os desafios aos empreendedores, aos gestores públicos e economistas, e para a população em geral são ainda maiores. Pois, verifica-se um grande número de pequenas empresas que estão fechando as portas no Brasil em decorrência dos fatores exógenos da pandemia, sendo que, muitas destas nem irão mais voltar a atuar posteriormente (OLIVEIRA, 2020).

Assim, se torna importante uma contextualização sobre os impactos possíveis de serem sentidos e avaliados na economia brasileira provocada pela pandemia.

2.3 O PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL

Para analisar a forma que os fatores macroeconômicos influenciam as vendas de varejo é necessário primeiramente fazer uma revisão sobre onde se encontra o varejo dentro do agregado de bens e serviços produzido pelo país num determinado ano (RABELO, 2007).

O PIB, ou seja, Produto Interno Bruto é a soma de todos os serviços e bens produzidos por um país durante um ano. Portanto fazem parte do PIB a aquisição de máquinas pelas empresas, a decisão dos consumidores de ir ou não ao supermercado ou de realizar compra de computadores pelo governo federal (RABELO, 2007).

Os investimentos, os gastos do governo e as exportações líquidas são consumos que fazem parte do PIB, sendo que, o varejo dentro do PIB nacional faz parte do consumo. Assim, o maior agregado de todos os bens e serviços conquistados

pelos consumidores se faz por meio do consumo. Este consumo vai desde a compra de uma roupa, gastos com alimentação e entretenimento, um carro novo ou qualquer outro gasto que um consumidor realiza para satisfazer as suas necessidades (BLANCHARD, 2004).

O segundo maior componente do PIB é o investimento, ou seja, a compra de instalações ou máquinas pelas empresas (investimento não residencial), mais o a compra de casas ou apartamentos pelas pessoas físicas (investimento residencial). Estes dois investimentos tem muito em comum, sendo que, as empresas compram máquinas ou instalações para produzir, e, compram casas ou apartamentos para obter serviços de moradia (RABELO, 2007).

O terceiro componente que fazem parte do PIB são os gastos do governo, ou seja, todos os bens e serviços adquiridos pelos governos federal, estadual e municipal. Os serviços prestados pelos funcionários também são serviços adquiridos pelo governo, bem como os pagamentos de juros, assistência médica ou benefícios de previdência social não são considerados gastos governamentais (BLANCHARD, 2004).

O PIB é considerado um dos maiores indicadores da atividade econômica, ou seja, que exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período. O PIB para os países representa a produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo), (FEIJÓ, 2001).

O agregado de maior peso corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos. Portanto, o resultado final da atividade produtiva, expressa monetariamente a produção, sendo que, a soma dos valores é realizada com base nos preços finais de mercado (BONECHER, 2006).

Segundo Bonecher (2006) o PIB é muito usado pelas entidades privadas, estudiosos econômicos, ou pelos elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos como base de cálculo sobre o crescimento da economia de uma determinada nação/país. Assim, nesta perspectiva, a sua avaliação é adotada como o principal indicador para medir o desempenho econômico de um País, Região ou Unidade Federativa.

A taxa de crescimento do PIB pode ser obtida pela comparação de tudo que se produziu em um ano com o total do ano anterior. Assim, nesta perspectiva as taxas

positivas indicam que a economia está em crescimento. Para calcular o PIB primeiramente se adota como marco referencial às recomendações contidas no Sistema de Contas Nacionais – SCN/IBGE, proposto pelas Nações Unidas (FEIJÓ, 2001).

O PIB pode ser calculado por três diferentes caminhos, ou seja, pela produção, pela renda e pelo dispêndio. O acompanhamento dos fluxos de produção, geração de renda e de despesas num período permite que se calcule o valor adicionado ou produto bruto de uma economia, por três óticas: “do produto (PIB), da renda (RIB) e da despesa (DIB)”. O PIB é calculado pela seguinte fórmula: $PIB = C + I + G + NX$, onde C = Consumo; I = Investimento; G = Despesa do Governo; e NX = Exportações Líquidas (FEIJÓ, 2001).

O consumo trata de todos os bens e serviços comprados pela população, sendo que, ele se divide em três subcategorias: bens não duráveis, bens duráveis e serviços. Já o Investimento são os bens adquiridos para uso futuro: investimento fixo das empresas (formação bruta de capital fixo) e variação de estoques. A Despesa do Governo são os serviços adquiridos pelos governos Federal, Estadual ou Municipal. E finalmente as Exportações Líquidas são a diferença entre exportações e importações (BONECHER, 2006).

O PIB pode ser medido pelo valor dos bens e serviços a preços correntes e reais, ou seja, pela produção avaliada em preços constantes, que leva em conta a produção total de bens e serviços, sem a influência nos preços. Já o deflator do PIB, é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real, o preço da mercadoria ou serviço, em um determinado ano mais o preço desta no ano-base (ANGELICO, 1998).

Neste sentido, para calcular o valor dos bens e serviços, se utiliza os preços finais de mercado, sendo que, não são computados no PIB os valores gerados pela produção da economia informal, ou seja, o valor dos bens intermediários, pois, os mesmos fazem parte dos bens finais (ANGELICO, 1998).

Assim, para padronizar o cálculo do PIB, é necessário fazer a comparação das análises, e dos valores expressos em unidades monetárias. Portanto, para a análise da taxa de crescimento do PIB têm-se as taxas positivas que indicam economia em crescimento; as taxas nulas, que indicam a economia em estagnação; e as taxas negativas, que indicam a respectiva economia em recessão (FEIJÓ, 2001).

Desta forma, o PIB (Produto Interno Bruto) computa a renda recebida pelos estrangeiros residentes no país, porém, não inclui a renda recebida pelos habitantes

do país que residem no exterior. Já o PNB (Produto Nacional Bruto) computa a renda total dos habitantes do país, residentes ou não, mas exclui a renda dos estrangeiros residentes no país.

Segundo Blanchard (2004) os gastos do governo e os impostos influenciam no consumo, pois, a aquisição de bens e serviços pelo governo movimentam a economia, porque os impostos influenciam diretamente a renda disponível, que é de extrema importância no consumo. O resultado final do PIB é obtido após a compra de bens e serviços nacionais por estrangeiros. Já a subtração das importações, é obtida pelos bens e serviços estrangeiros adquiridos pelos consumidores, empresas e governo.

Desta forma, a diferença entre a produção e as vendas é denominada de investimentos em estoques, sendo que, no investimento em estoques acontece à defasagem entre a política econômica adotada e seu efetivo efeito real, que varia conforme o nível de estoques e com a velocidade que as decisões de nível de produção são refeitas.

2.4 POLÍTICA DO BANCO CENTRAL

No que diz respeito à política econômica brasileira o Banco Central (BACEN) tem a finalidade de empregar uma política fiscal, monetária e cambial nacional, para conquistar seus respectivos objetivos macroeconômicos. A diferença entre estas políticas é de que a política fiscal atua sobre o nível de gastos do governo e dos impostos. Por outro lado, a política monetária atua por meio dos juros e do crédito. Já a política cambial determina a taxa de câmbio (RABELO, 2007).

Ainda no que diz respeito ao BACEN, o mesmo pode adotar políticas econômicas expansionistas ou contracionistas, dependendo do nível de atividade econômica. Portanto, as respectivas políticas econômicas expansionistas focam na expansão do nível de atividade da economia. Por outro lado, as políticas econômicas contracionistas visam à respectiva redução do nível de atividade da economia (RABELO, 2007).

De um modo em geral, verifica-se que o governo utiliza três instrumentos de política monetária: operações de mercado aberto, que afetam a base monetária; mudanças na taxa de redesconto, que afetam as taxas de juros e a base monetária; e as mudanças no nível de reservas compulsórias, que afetam o multiplicador monetário. O maior instrumento de política monetária são as operações de mercado

aberto, ou seja, são os determinantes das taxas de juros e da base monetária (RABELO, 2007).

Assim, verifica-se que o fator que expande a base monetária e que eleva a oferta de juros em curto prazo são as compras de títulos em mercado. Por outro lado, as vendas de títulos em mercado aberto reduzem a base monetária, com também reduzem a oferta de moeda e elevam as taxas de juros de curto prazo (BLANCHARD, 2004).

Ainda, de acordo com Blanchard (2004) a política de redesconto são as mudanças nas taxas de desconto dos bancos frente ao BACEN e afeta de moeda por meio de sua influência sobre o volume de empréstimos de desconto e da base monetária. Portanto, nesta perspectiva, verifica-se que uma elevação nas taxas de redesconto eleva o custo de tomar empréstimos do BACEN, ou seja, com isso, os bancos farão menos empréstimos de descontos. Já uma taxa de redesconto mais baixa torna os empréstimos de desconto mais atraentes aos bancos.

Desta forma, a elevação no nível de exigência de depósitos compulsórios diminuem os depósitos que podem ser criados por um dado nível de base monetária, gerando a contração da oferta de moeda. Já uma diminuição no nível de exigência de depósitos compulsórios, certamente elevava uma determinada expansão da oferta de moeda.

2.5 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE COMBATE À INFLAÇÃO

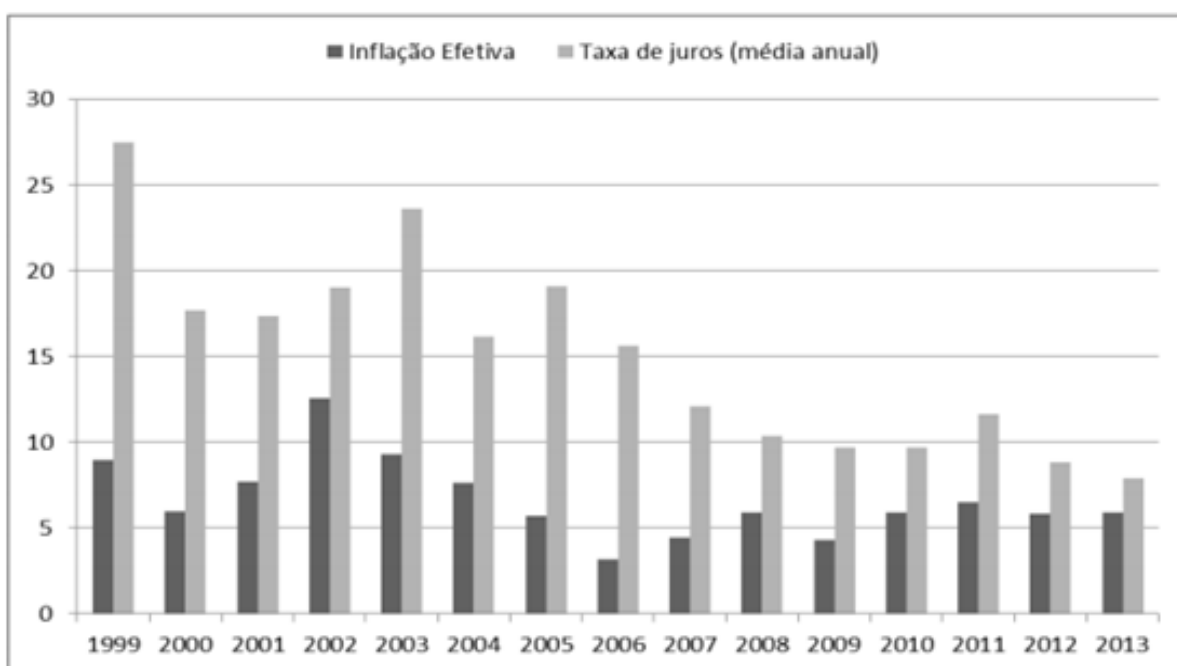
O BACEN tem sido também o principal responsável pelas metas de inflação, de modo que o BBC é quem realmente estipulada variação de taxas do IPCA – índice de Preços ao Consumidos Amplo, a cargo do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM). Nesse sentido, o COPOM define a meta da taxa básica de juros e analisa o Relatório de Inflação, utilizando como controle o respectivo nível de preços a taxa de juros Selic (SOUZA, 2015).

A Selic (Taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais), por sua vez, significa a taxa dos juros da economia brasileira utilizada para garantir os depósitos interfinanceiros, que por sua vez são custodiados pelos bancos (CARRARA; CORREA, 2012).

Segundo Souza; Lameiras (2014) 1999 e 2000 no regime de metas as políticas de controle fizeram com que a inflação, ficasse a mesma dentro do valor estipulado pelo governo. Portanto, em 2001 2002 a cotação do dólar provocou um efeito, fazendo com que o Copom aumentasse os juros para combater a alta inflacionária.

Na figura 1 apresenta-se uma relação entre a taxa Selic e a inflação efetiva no período compreendido pelo estudo de Souza (2015) entre os anos de 1999 e 2013, de forma de exemplificar esta importante relação que existe.

Figura 1: Relação existente entre a taxa de juros Selic e a inflação efetiva.



Fonte: Adaptado de Souza (2015).

Conforme a figura acima é possível verificar que com a inflação menos pressionada, os juros foram diminuindo, ficando acima da meta, e com a alta de 9,3% do IPCA em 2003 ficou abaixo da observada no ano anterior (12,5%).

Segundo Souza (2015) o governo aumentou a taxa de juros em 2004, reduzindo assim a inflação, por causa dos impactos inerciais e da alta de preços das commodities. O BBCC em 2005 voltou a diminuir a taxa de juros, e, em 2006 e 2007 a inflação manteve-se bem a mesma. Em 2008, a crise chegou ao Brasil, onde, o Real e o câmbio passaram a ser desvalorizados puxados pela queda dos preços das commodities.

Com toda esta desvalorização cambial, o Copom do BCB precisou reagir, ou seja, o BCB estabilizou o mercado de câmbio e garantiu o financiamento para o comércio exterior com a realização de leilões de venda de moeda estrangeira (CAVALCANTI; VONBUN, 2014). Ainda conforme o autor, o BCB facilitou o acesso ao crédito para os agentes privados, para a concessão de empréstimos de redesconto, e a liberação de recursos (CAVALCANTI; VONBUN, 2014).

Em 2009, o BCB com a intenção de sustentar a oferta de crédito criou a política fiscal anticíclica, utilizando o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para que estes respectivos créditos ficassem disponíveis (AFONSO, 2012).

Segundo Afonso (2010) o Brasil socorre-se por meio do aumento do crédito bancário, o que contribuiu para o aumento da dívida pública, e, dessa forma, o uso do crédito foi uma estratégia para poder estimular o crescimento da renda e do emprego.

No ano de 2010 as medidas que o BCB adotou resultaram na elevação no desestímulo às operações de crédito e nos recolhimentos compulsórios. Em 2012 e 2013 ocorreram algumas mudanças na meta da taxa Selic, onde, a meta da Selic continuou a cair, chegando a 7,5% a.a. (SOUZA; LAMEIRAS, 2014).

Portanto, nestes mesmos anos houve um aumento da inflação, conduzidos pela política monetária, que impôs uma elevada taxa de juros para à sociedade brasileira, sendo que a redução da inflação aconteceu pela retração do nível de atividade (MENEZES; MENDES, 2011).

Desta forma, com a credibilidade da política monetária estipulada entre 1999 e 2009 uma equação de demanda por moeda, se iguala aos resultados do modelo com as expectativas de preços, gerando a construção de uma taxa de crescimento monetário esperada. Neste caso, o regime de metas inflação foi eficaz para o processo inflacionário do país, assegurando um aumento dos preços por uma demanda agregada.

2.6 A INFLAÇÃO E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O plano econômico e suas variáveis têm grande importância como instrumento de regulação do mercado, os indicadores como os citados quando impactados negativamente exercem influência muito forte sobre o consumo das pessoas. Em períodos de recessão, os consumidores são obrigados a repensar suas prioridades de consumo. Mota (2014) afirma que as oscilações econômicas afetam principalmente

os hábitos de consumo e o rendimento dos consumidores, com reflexos imediatos para os diferentes setores.

Para Scherer; Kowaleski; Rezende (2010), o clima econômico afeta o comportamento do cliente por meio de três mecanismos: diretamente, expandindo ou reduzindo os recursos financeiros de uma família, influenciando o sentimento do consumidor e orientando os ciclos de negócios. Logo, a análise do comportamento do consumidor em períodos de crise econômica tem grande importância para o mercado.

Diante deste cenário, há uma tendência geral em reduzir e cortar gastos, optando por produtos e serviços mais baratos. O primeiro item que o consumidor abre mão em tempos de crise financeira é o chamado item supérfluo, ou seja, aquele que não será tão necessário naquele momento de sua vida. Supérfluo é um quesito bem abrangente, indo desde uma viagem até mesmo a compra de um sapato ou uma roupa. Portanto, vale destacar que se considera supérfluo, em momentos como esse, o corte de uma necessidade.

O aumento da inflação, os escândalos políticos, a gestão do dinheiro público, levam o consumidor a ficar desconfiado quanto ao seu futuro, e a mudar seu comportamento para economizar e se possível poupar para um futuro incerto (FERREIRA, 2015). Na crise econômica vivenciada no Brasil, um dos mais prejudicados desta fase ruim é o consumidor, afetando diretamente no seu comportamento.

O brasileiro precisa pesquisar mais antes de decidir uma compra, e com menos poder de compra, o consumidor troca carne bovina por frango ou porco, assim como procura economizar em produtos de limpeza. Porém, não diminuiu a compra de produtos básicos. Além disso, os consumidores cortaram gastos supérfluos, como salgadinhos e doces, e prefere economizar em alguns itens para gastar em outros que considera mais relevante (BATISTA, 2016).

A crise muda a maneira com a qual a população se comporta e a divide em públicos que consomem de formas diferentes. Contudo, de uma forma geral, o consumidor está mais atento. Ele dá mais valor ao seu dinheiro e faz mais pesquisas. Sem dúvida, é necessário ofertar preço, formas de pagamento e atendimento ágil e de qualidade para conseguir efetivar uma venda em época de crise.

Na sessão a seguir será dada uma ênfase mais específica aos dados do PIB brasileiro ao longo dos últimos anos, expressando os principais impactos provocados pela pandemia global vivida na atualidade.

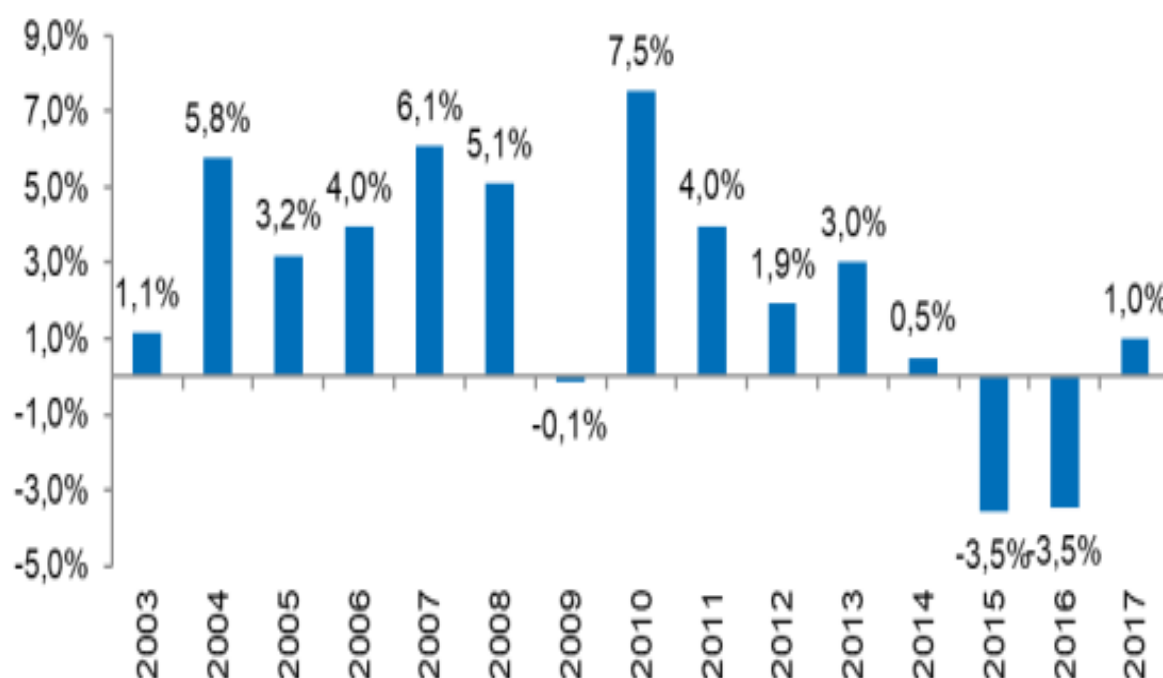
3. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se alguns resultados sobre o tema proposto com base nas referências disponíveis e escolhidas para compor este respectivo trabalho.

3.1 ANÁLISE DO PIB BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS ANOS

De um modo em geral, a economia brasileira após um ciclo de crescimento econômico considerável já foi marcada por uma fase de recessão antes mesmo da pandemia atual, como se observa no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB entre 2003 a 2017.



Fonte: Adaptado de Oliveira (2018).

Os dados do gráfico acima identificam três períodos distintos, em especial o ano de 2017, que marca o início da recuperação. O primeiro período entre 2003 e 2008, gerou um crescimento bem satisfatório, ou seja, a taxa média ficou em 4,2% ao ano.

Já no segundo período, entre 2009 e 2014, aconteceu o aumento de produto, porém, a desaceleração de ritmo se percebia, com exceção de 2010, ano marcado

pela recuperação após a recessão em 2009, sendo esta influenciada pela crise internacional a taxa média ficou de 2,8% ao ano. Por fim, no último período, entre 2015 e 2016, aconteceu uma recessão, com perda superior a 7% para o PIB e de 8% para o PIB per capita.

3.1.1 O crescimento 2003-2008

A taxa média de crescimento durante o primeiro período ficou em torno de 4,2%, sendo que, o desempenho da economia se tornou bastante positivo em se tratando de crescimento. Em 2003 a taxa de desemprego caiu para 10,2%, e, em 2008 para 8,1%, em 2008.

Entre os anos de 2003 á 2008 realizaram-se reformas bem importantes, dentre elas, a melhora macroeconômico, e o considerável aumento do crédito em relação ao PIB, que passou de 25,8% do PIB em 2003 para 39,7% do PIB em 2008. Ainda neste período houve o superávit primário médio de 3,4% do PIB, possibilitando neste sentido, a queda dos indicadores de dívida, e a melhoria em seu perfil (OLIVEIRA, 2018).

Segundo Oliveira (2018) boa parte do desempenho econômico no período é creditada ao ambiente externo. Portanto, este período apesar de ser considerado um período curto, foi também de crescimento razoável, mesmo que a evolução do PIB tenha sido explicada pelo aumento da população ocupada, as medidas de produtividade se recuperaram.

3.1.2 O crescimento 2009-2014

Entre 2009 até 2014 o crescimento médio foi de 2,8% ao ano, se caracterizando principalmente pela desaceleração do crescimento, crescimento este atribuído ao ambiente externo, e a uma série de medidas intervencionistas, apresentadas pelo Governo Federal a fim de evitar uma desaceleração ainda maior na economia brasileira (OLIVEIRA, 2018).

Em 2011 a 2012, a economia a apresentou um superaquecimento, porém, o governo atribuiu um aumento do crédito público, as desonerações tributárias, o congelamento de preços administrados, a intervenção no setor elétrico, a adoção de

uma política fiscal mais expansionista e uma política monetária menos preocupada com o alcance da meta inflacionária.

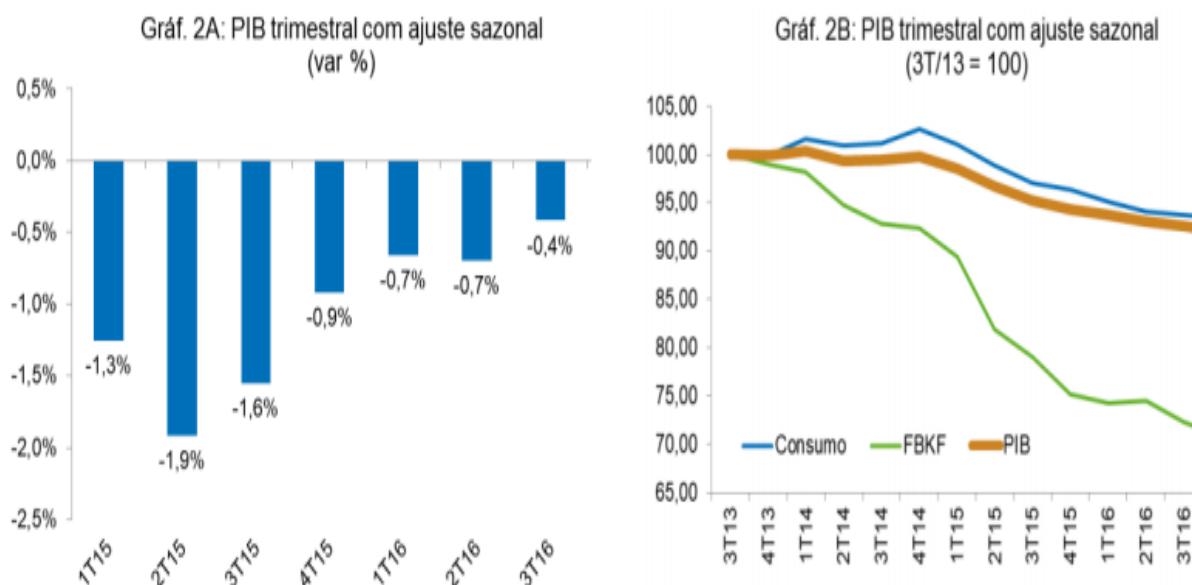
Naquele período a taxa de desemprego, que havia atingido 8,1% na média de 2008, reduziu-se para 6,8% em 2014. Em razão desta decadência, os desequilíbrios na economia se acumularam, sendo que, o déficit em conta corrente chegou a 4,2% do PIB. Mesmo com o crescimento do PIB houve uma evolução na produtividade, e, com isso, percebe-se uma desaceleração em seu crescimento nesse período.

Desta forma, a interpretação que se faz neste período é de que houve uma má alocação do capital, reduzindo não só a produtividade da economia, mas também as perspectivas de crescimento futuro.

3.1.3 A recessão de 2015 e 2016

A economia brasileira entre os anos de 2015 e 2016 reduziu de 3,5%, havendo uma queda em todos os trimestres, principalmente no segundo trimestre de 2015, quando a economia contraiu 1,9%, como está representado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: PIB e FBCF – nível e variação.



Fonte: Adaptado de Oliveira (2018).

De um modo em geral, verifica-se no gráfico acima que os índices são expressos pelo PIB, pelo FBKF (formação bruta de capital fixo), e pelo consumo. Assim, a queda do investimento precedeu a queda do produto, decaindo no último trimestre de 2013. No final de 2016, o nível do investimento era de 30% abaixo dos níveis apresentados no fim de 2013. Desde 2011, a economia brasileira se desacelerou, em razão de uma piora da economia global, e por causa do esgotamento do ciclo de crescimento anterior (OLIVEIRA, 2018).

Ressalta-se também que as contas públicas se deterioraram bastante no período, gerando o aumento da dívida pública. No início de 2015, aconteceu a perda de investimento, fazendo com que o governo implementasse um plano de ajuste fiscal, e um aperto da política monetária, para tentar evitar que a inflação extrapolasse a meta (OLIVEIRA, 2018).

A elevação das taxas de juros influenciaram negativamente a atividade e o investimento. A incerteza relacionada ao processo político prejudicou o ambiente econômico ao se manter demasiadamente elevada muito tempo. Naquele período a retração econômica causou deterioração de todo o cenário macroeconômico, prejudicando as empresas e famílias (OLIVEIRA, 2018).

Desta forma, conforme o autor acima citado, verifica-se que a taxa de desemprego média, que ficou em 6,8% em 2014, subiu em 2015 e 2016 para 11,3%. Nos anos de 2015 e 2016, foram destruídas mais de três milhões de vagas formais de emprego, sendo estas vagas na indústria e na construção civil.

3.1.4 A recuperação de 2017

Em 2017, por sua vez, o crescimento da economia brasileira aumentou, sendo que, diversos fatores contribuíram para isso, em especial, a política monetária, a safra agrícola, e também um contexto internacional favorável às respectivas transações.

Na tabela 1 abaixo apresenta o crescimento em 2017 pelos componentes de demanda e componentes de oferta.

Tabela 1: Evolução do PIB e seus componentes – 2014 a 2017.

	2014	2015	2016	2017	Acumulado
PIB	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	-5,5%
Demanda					
Consumo das famílias	2,2%	-3,2%	-4,3%	1,0%	-4,4%
Consumo do governo	0,8%	-1,4%	-0,1%	-0,6%	-1,2%
FBCF	-4,2%	-13,9%	-10,3%	-1,8%	-27,4%
Exportações	-1,1%	6,8%	1,9%	5,2%	13,2%
Importações	-1,9 %	-14,2%	-10,2%	5,0%	-20,6%
Oferta					
Agropecuária	2,8%	3,3%	-4,3%	13,0%	14,8%
Indústria	-1,5%	-5,8%	-4,0%	-0,0%	-10,8%
Extrativa mineral	9,1%	5,7%	-2,7%	4,3%	17%
Transformação	-4,7%	-8,5%	-5,6%	1,7%	-16,3%
Produção/distrib. de eletricidade, gás, água etc.	-1,9%	-0,4%	7,1%	0,9%	5,6%
Construção civil	-2,1%	-9,0%	-5,6%	-5,0%	-20,1%
Serviços	1,0%	-2,7%	-2,6%	0,3%	-4,1%

Fonte: Adaptado de Oliveira (2018).

Mesmo que a indústria tenha apresentado estabilidade no ano, a indústria extrativa e a indústria de transformação também apresentaram um bom desempenho, pois, a primeira foi beneficiada pelos recordes de produção de petróleo e de minério. Já a apresentou um bom desempenho no setor de veículos e equipamentos eletrônicos.

Um dos principais problemas para a indústria foi à queda da construção civil. Em se tratando de demanda, o destaque foi o consumo das famílias, com alta em todos os trimestres do ano fechando em 2017 com elevação de 1%. Ainda sobre a demanda, deve-se destacar o desempenho do investimento. Em 2017, o segmento de máquinas e equipamentos mostrou recuperação, com crescimento de 3%.

As perspectivas para 2018 se mostram bastante positivas, sendo que, a política monetária continuará expandindo, o mercado de trabalho deve seguir sua trajetória de recuperação, a taxa de desemprego vem apresentando números melhores, a população ocupada avançou, o rendimento real se recuperou, aumentando a massa salarial real.

Desta forma, o FMI (fundo monetário internacional) em 2018 previa crescimento de 3,9% para 2018 e 2019, acima dos 3,7%, sendo que, este cenário vem favorecendo o fluxo de capital para países emergentes, reduzindo risco e o aumento no preço e na demanda por commodities. Assim, o Brasil apresenta saldos comerciais expressivos, dando um maior segurança para enfrentar os desafios fiscais e as turbulências eleitorais.

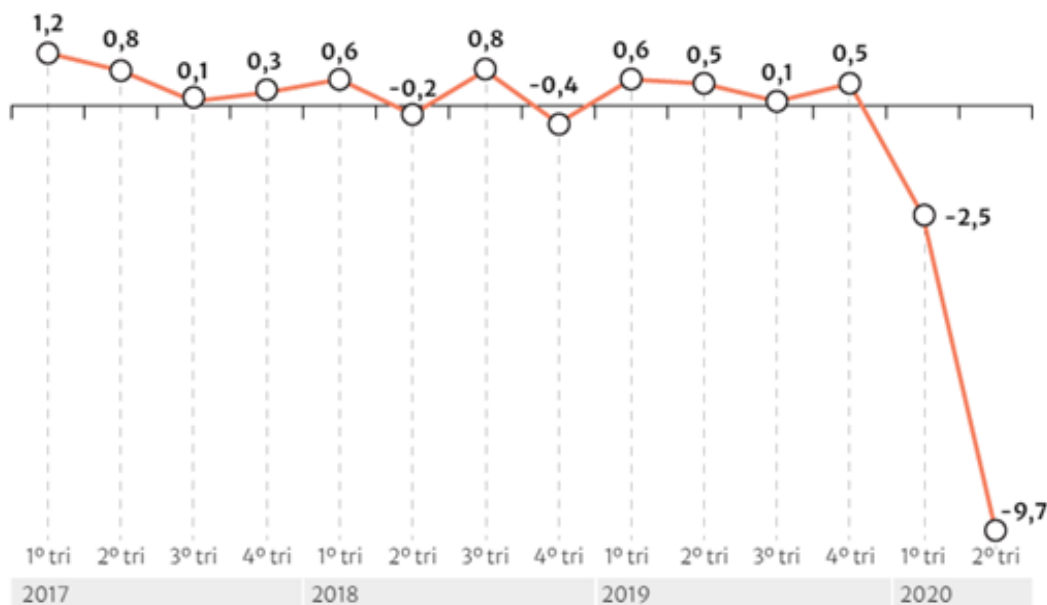
3.2 O PIB DO BRASIL E A PANDEMIA DE 2020

O primeiro caso da COVID 19 foi confirmado em fevereiro no estado de São Paulo, ou seja, por um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália, evidenciando neste sentido que, os contágios acontecem inicialmente com as pessoas que viajaram para o exterior (BOSQUEROLLI, et.al, 2020).

O ano de 2020 foi marcado por uma drástica mudança pela qual a população teve que se acostumar, ou seja, com a pandemia de Covid-19 as pessoas tiveram que adotar medidas de isolamento social, gerando uma queda na economia. Portanto, os setores em especial da indústria, comércio, e serviços de acordo com o IBGE apresentaram em março uma queda de 9.1%, 2.5 % e 6.9% (BOSQUEROLLI, et. al, 2020).

Desta forma, a economia entra em recessão técnica com a baixa, ou seja, períodos recessivos são caracterizados por dois trimestres seguidos de queda na atividade. Assim, entre o mês de janeiro e março, o PIB recuou em 2,5% em comparação aos três meses anteriores. Na figura 2 apresenta-se um gráfico com a variação trimestral do PIB, frente aos três meses anteriores.

Figura 2: Variação trimestral do PIB, frente aos três meses anteriores.



Fonte: Adaptado de Vieceli (2020).

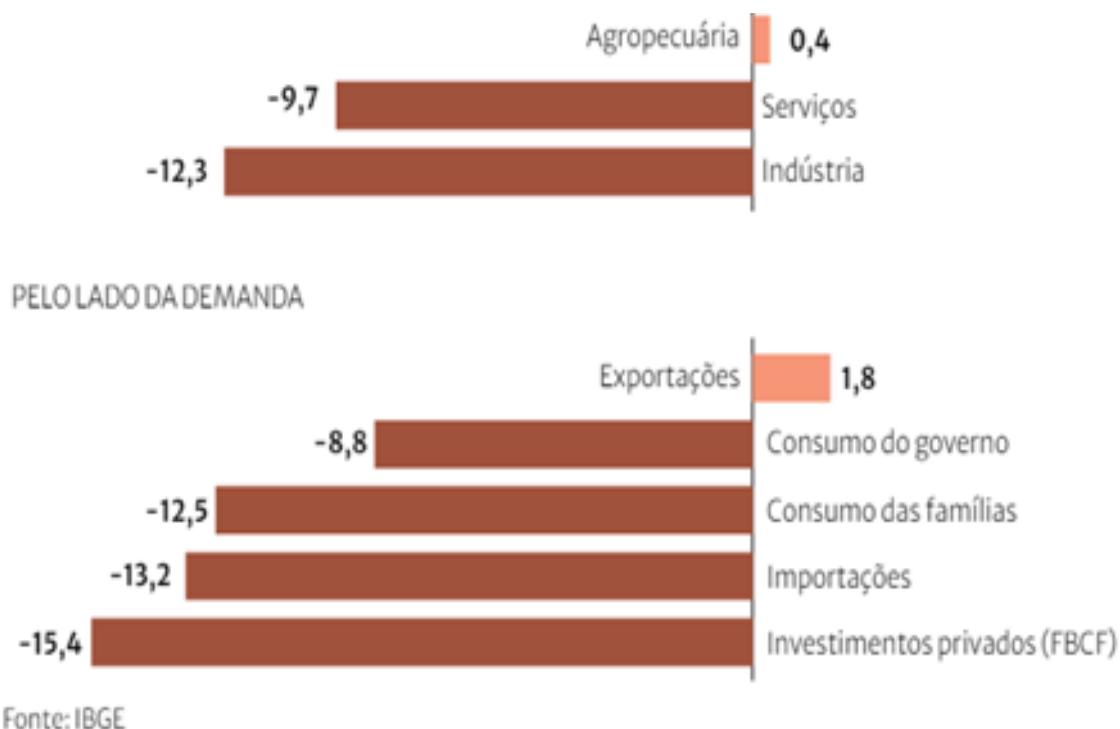
Conforme a figura acima é possível verificar que a economia brasileira depois de ser atingida pela pandemia em 2020 desabou, sendo que, em abril e junho o PIB teve tombo de 9,7% comparados aos três meses anteriores. Portanto, na comparação com o segundo trimestre de 2019, a queda foi ainda mais forte, de 11,4%.

Nos três primeiros meses de 2020 a taxa de desocupação foi de 12,2%, em comparação ao ano anterior. A população mais prejudicada com a desocupação são as mulheres, sendo que, a criação de novas vagas de emprego diminuiu (BOSQUEROLLI, et. al, 2020).

O recorde de pessoas fora do ambiente de trabalho chegou a 67,3 milhões, sendo que, este cenário expressa a grande informalização como uma alternativa de sobrevivência para muitas pessoas. Assim, sem o aumento da formalização consequentemente vai gerar a queda dos empregos (KREIN; BORSARI, 2020).

Na figura 3, por sua vez, apresenta-se um gráfico com o desempenho dos setores no segundo trimestre de 2020.

Figura 3: Desempenho dos setores no segundo trimestre de 2020.



Fonte: Adaptado de Vieceli (2020).

Conforme a figura acima é possível verificar que os setores de serviço (-9,7%) e indústria (-12,3%) foram os setores que mais sentiram os efeitos da crise. Em relação às demandas, as importações (-13,2%) e investimentos privados (-15,4) também apresentaram reduções drásticas.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, em março a produção industrial recuou 9,1% em comparação ao mês anterior, sendo que, os bens de consumo duráveis e de capital foram os que mais recuaram. Na indústria automotiva os trabalhadores tiveram que reduzir 74% sua jornada de trabalho, e muitos deles tiveram seus contratos suspensos (KREIN; BORSARI, 2020).

Segundo Krein; Borsari (2020) os dados com as medidas do governo para contenção do desemprego, ou seja, com medidas provisórias são dados de solicitação de seguro-desemprego e estimativas de atividades setoriais. Os pedidos de seguro-desemprego não foram observados, isso porque existiram muitas dificuldades da forma de solicitar este seguro.

Os investimentos descaíram no mês de abril, ocasionado também o declínio nas importações de máquinas e equipamentos, como também a desvalorização do real influenciando em rebatimentos sobre a estrutura de custos das firmas (MULINARI, 2020).

Os economistas em decorrência da paralisação das atividades econômicas tiveram que entrar num consenso para reduzir o impacto social, pois, o déficit fiscal será bem maior gerando o aumento da dívida pública brasileira. Este aumento poderá chegar a um patamar de 100% em 2021, mas para haver um colapso fiscal precisariam ser formadas algumas medidas de ajuste fiscal pós-pandemia (OREIRO, 2020).

Segundo Oreiro (2020) diante destes problemas, é impossível fazer uma previsão do impacto da COVID-19 sobre o PIB brasileiro com exatidão, mesmo que os dados são computados e as estatísticas avançadas. Em 2020 e 2021 acontecerá um impacto no produto interno bruto de acordo com as previsões do DIEESE e do Branco Central (KREIN; BORSARI, 2020).

Desta forma, a pandemia no Brasil tem agravado muito na desigualdade, pois, a sociedade brasileira é vista por muitas vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde (OREIRO, 2020).

3.3 IMPACTOS MACROECONÔMICOS DA PANDEMIA NO PIB BRASILEIRO

De um modo em geral, os impactos macroeconômicos provocados pela pandemia no Brasil podem ser representados ou expressos de várias formas. Pois, os impactos variam de acordo com variáveis econômicas, ou seja, com o valor bruto da produção (VBP); com as importações; com as ocupações; com a massa salarial; com o valor adicionado (VA); com os impostos sobre produtos (ICMS); e também com o produto interno bruto (PIB) (DWECK, 2020).

Ainda em 2020 muitos cenários (especulativos) foram criados para tentar mensurar estes impactos. Assim, os resultados estão apresentados em uma perspectiva macroeconômica, conforme a tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Impacto sobre variáveis econômicas selecionadas.

Cenários		VBP	Importação	Ocupações (milhares)	Massa Salarial	VA	Impostos sobre produtos*		PIB
							Total	ICMS	
Otimista	TOTAL	-432.332	-49.529	-4.657	-79.575	-184.646	-43.064	-20.806	-227.710
	Var. %	-3,5%	-4,7%	-4,4%	-3,2%	-3,0%	-4,1%	-4,1%	-3,1%
Referência	TOTAL	-876.551	-98.706	-8.256	-151.185	-377.038	-85.754	-41.826	-462.792
	Var. %	-7,1%	-9,3%	-7,9%	-6,0%	-6,1%	-8,2%	-8,3%	-6,4%
Pessimista	TOTAL	-1.497.603	-164.283	-14.701	-265.518	-653.467	-145.422	-71.830	-798.889
	Var. %	-12,1%	-15,4%	-14,0%	-10,5%	-10,5%	-13,9%	-14,3%	-11,0%

Fonte: adaptado de Dweck (2020).

De acordo com a tabela acima a variável que foi mais prejudicada é a da ocupação, nos senários otimista, referência e cenário pessimista. A redução desta variável se traduz principalmente na demissão dos trabalhadores ou na redução das horas trabalhadas (DWECK, 2020).

Neste sentido, a queda nas ocupações é bem maior do que a queda de estimada para o PIB, nos cenário otimista, referência e pessimista. Já a queda potencial na massa salarial é a menor queda nas ocupações, em razão de que os setores que fazem parte da maior queda nas ocupações tem um salário médio inferior do que os menos afetados (BARBOSA FILHO, 2017).

Segundo Barbosa Filho (2017) a produção doméstica sofreu uma grande queda. Por outro lado, a queda nas importações é ainda maior, sendo que, a estimativa dos fluxos comerciais é de que a queda das importações fique inferior à estimativa de redução das exportações.

Na arrecadação de impostos e de ICMS a queda foi estimada nos três senários. Portanto, os resultados estimados na tabela representam os impactos para o conjunto da economia (BARBOSA FILHO, 2017).

Desta forma, na tabela a seguir, está especificada a contribuição de cada um desses componentes nas variáveis VBP, ocupações, VA e massa salarial, os choques por componente de demanda (Var. %) e impactos sobre variáveis selecionadas.

Tabela 3: Contribuição das variáveis macroeconômicas.

	Exportações	Consumo e FBKF do Governo	Consumo das Famílias e das ISFLSF	FBKF Empresas e Famílias	Demanda Final Total
Cenário Otimista					
Var. Total (%)	-6,6%	2,5%	-1,5%	-10,0%	-2,4%
VBP	-1,2	0,4	-1,5	-1,2	-3,5%
Ocupações	-0,6	0,4	-2,7	-1,1	-4,4%
VA	-0,9	0,4	-1,4	-1,0	-3,0%
Massa Salarial	-1,0	0,6	-1,7	-1,0	-3,2%
Cenário Referência					
Var. Total (%)	-15,7%	2,5%	-3,8%	-20,0%	-6,0%
VBP	-2,5	0,4	-2,6	-2,4	-7,1%
Ocupações	-1,4	0,4	-3,9	-2,1	-7,9%
VA	-1,9	0,4	-2,5	-2,0	-6,1%
Massa Salarial	-1,8	0,6	-2,7	-2,1	-6,0%
Cenário Pessimista					
Var. Total (%)	-20,4%	2,5%	-8,3%	-30,0%	-10,3%
VBP	-3,3	0,4	-5,5	-3,6	-12,1%
Ocupações	-1,8	0,4	-8,0	-3,2	-14,0%
VA	-2,5	0,4	-5,2	-3,0	-10,5%
Massa Salarial	-2,4	0,6	-5,5	-3,1	-10,5%

Fonte: adaptado de Dweck (2020).

Conforme a tabela acima, o impacto na redução do consumo das famílias se torna bem mais acentuado nas ocupações. Por outro lado, sobre as exportações, a variável ocupação é a menos afetada. Já a VBP e os salários sofrem mais por causa da redução das vendas externas, refletindo principalmente na crise sobre as diferentes atividades exportadoras (WECK, 2020).

Segundo Weck (2020) sobre o impacto, a FBCF, as ocupações e o VBP são as variáveis mais afetadas. Portanto, o maior componente que sofre um maior impacto sobre as ocupações nos cenários é o consumo familiar.

Desta forma, ainda sobre o VBP, os impactos do consumo das famílias, das exportações e da FBCF são parecidos de acordo com o percentual, sendo que, o mesmo não é observado para o VA, pois, a redução decorrente da queda do consumo das famílias é bem superior.

Conforme os dados coletados pelo Ministério da economia, no ano de 2020 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostrou que os preços da alimentação aumentaram. Já na agricultura o medo é de que as cadeias produtivas sejam interrompidas, colocando em risco à segurança alimentar da população. As entradas de contêineres bem como as normas de restrições no comércio exterior são problemas de planejamento e logística, mas que repercutem também no aumento de preços dos produtos.

Já no comércio internacional o que se espera é um menor impacto no setor animal, e de grãos, porém, os produtos perecíveis, durante o isolamento social tendem a aumentar consideravelmente (TÁVORA, 2020).

Desta forma, em 2020 e, provavelmente no ano de 2021 a dívida pública brasileira irá aumentar, diminuindo o PIB e ocasionando problemas na economia brasileira. A queda do PIB em junho se manteve negativa por causa da queda na produção industrial, da queda nas vendas do comércio e também no volume de serviços prestados. A produção agrícola como o, milho, soja e cana de açúcar se manteve, mesmo com a queda generalizada do preço das commodities (SILVA; SILVA, 2020).

Em decorrência da pandemia brasileira a produção industrial e o crescimento do PIB indicam que a população irá enfrentar grandes dificuldades. Desta forma, as decisões tomadas pelo governo do federal não suavizaram os efeitos nocivos da crise para a economia, em razão de que o número de mortes diárias por covid-19 continua alto.

No ano de 2020 para muitos economistas o déficit fiscal será muito grande, o que irá ocasionar um aumento na dívida pública brasileira. A dívida também vai repercutir ainda por todo o ano de 2021 de acordo com estes economistas (OREIRO, 2020).

Atualmente a dívida brasileira é formada pela moeda nacional, sendo praticamente impossível prever o impacto da COVID-19 sobre o PIB brasileiro, mesmo com a computação de dados e a realização de modelos estatísticos avançados.

Nas estatísticas do DIEESE o impacto da crise no produto interno bruto brasileiro sofrerá uma queda (BOSQUEROLLI, et al, 2020).

Portanto, no Brasil em decorrência da pandemia a desigualdade tende a se agravar ainda mais, pois, sociedade brasileira é vista principalmente pelas desigualdades sociais e pelas suas vulnerabilidades. A população brasileira vulnerável é a mais prejudicada com a pandemia, sendo que, nos últimos meses a pandemia só evolui, e, com isso, pessoas contaminadas vivendo em periferias só aumentaram (INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ, 2020).

De acordo com o Instituto de economia da UFRJ (2020) a pandemia não engendra o processo de desvalorização do real, mas, o influencia por causa da posição do dólar como reserva de valor. Portanto, com o dólar só aumentando, o Banco Central teve que atuar no mercado para poder conter a depreciação cambial, e, a taxa Selic sofreu algumas quedas, chegando a um patamar de até 3,00% o mês de maio. Sobre as transações correntes, o país apresentou um grande déficit, por isso, os problemas se agravaram ainda mais com a pandemia, gerando a depreciação cambial (MELLO, 2020).

Desta forma, o setor da economia sofreu um grande impacto, ocasionando desempregos em um país marcado pela desigualdade social. Portanto, a desestruturação política e econômica do Brasil ficou mais evidente com a divulgação de dados estatísticos.

A seguir apresentam-se algumas das medidas governamentais adotadas no período com uma breve contextualização sobre a sua eficácia.

3.4 ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS ADOTADAS

A procura por empréstimos no Brasil em razão do novo coronavírus cresceu, mas o crédito bancário segue restrito e caro. Conforme pesquisas feitas pelo Sebrae (2020), em torno de 60% dos pequenos negócios que pediram empréstimos tiveram seu pedido negado (OLIVEIRA, 2020).

O Ministério da Economia disponibilizou valores mensais em um programa federal de auxílio emergencial, tanto para pessoas físicas, como jurídicas de microempresas em todo o Brasil. O que, de certa forma, ajuda a aliviar os prejuízos destes e pelo menos manter a dignidade de sobrevivência nestes períodos.

Para as empresas, foram disponibilizadas ainda outras medidas relacionadas à folha de pagamento dos funcionários, estimulando a permanência dos mesmos em seus postos de trabalhos. Com isso, o governo subsidiou parte das folhas de pagamento de algumas empresas, somadas a outras medidas, como redução de carga horária, e outras.

Portanto, como, de um modo em geral, as linhas de crédito têm as taxas de juro muito alta, e, as medidas propostas pelo governo e pelo banco central não são tão eficientes assim, acredita-se que as instituições bancárias estão com receio do aumento do índice de inadimplência.

A taxa de juros para pessoas jurídicas oscilou de 3,12% ao mês em fevereiro para 3,17% em março. Por outro lado, para financiar salários dos trabalhadores, o Tesouro Nacional arcará com 85% dos R\$ 40 bilhões ofertados, os juros são de 3,75% ao ano (OLIVEIRA, 2020).

Mesmo que com a queda da taxa Selic, de 3,75% e com as medidas do Banco Central para aumentar a liquidez, as taxas impostas pelas instituições bancárias seguem em alta. Portanto, as ações anunciadas pelo governo já equivalem a 7,8% do PIB, e, desse respectivo percentual 2,1% trata de medidas de crédito.

As ações nas linhas de crédito ainda são insuficientes para que os micros e pequenos negócios não “quebrem” financeiramente. Neste sentido, o que falta no sistema financeiro é uma participação do governo para diminuir o risco e garantir maior facilidade no acesso ao crédito, sendo que, é muito importante que o Governo Federal ofereça recursos do Tesouro para que os bancos públicos atuem de forma mais arrojada.

Desta forma, conforme Oliveira (2020), uma solução para todo este problema seria de que o Banco Central atue comprando carteiras de crédito, como Banco Central dos EUA faz.

O chamado “auxílio emergencial”, valor de R\$ 600,00 mensais repassado pelo governo federal aos brasileiros em vulnerabilidade econômica, tais como os trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social, acabou injetando um recurso significativo na economia brasileira, fazendo com que muitos setores do comércio e serviços se mantivessem aquecidos neste período de pandemia.

Outra ação mundial, que de certa forma interfere na economia brasileira e mundial, sejam pelos investimentos, ou perspectiva de impacto positivo na prevenção

da doença é com relação às vacinas. Ressalta-se o esforço mundial para acelerar os protocolos, testes e produção das diferentes vacinas que estão chegando como praticamente única solução. Porém, é de ressaltar a dificuldade ainda que se tenha para a produção destas em larga escala.

Em paralelo a isso se tem em meados de março de 2021 (um ano dos primeiros impactos da pandemia no Brasil) se tem uma nova onda de contaminação em grande escala em praticamente todos os estados brasileiros, onde novas cepas (novas variações e mutações) do vírus se espalham de forma muito rápida, levando os governos a adotarem medidas mais rígidas em relação ao distanciamento social, que por sua vez, impactam no comércio, serviços e, inevitavelmente na economia brasileira.

A seguir apresenta-se uma breve contextualização sobre o período pós-pandemia.

3.5 O PERÍODO PÓS-PANDEMIA

Após a pandemia a retomada econômica aconteceu somente no mês de agosto, sendo que, os recursos que foram destinados ao combate da pandemia são de 5,55% do PIB do país, recursos estes parecidos com os pacotes adotados em diversas outras economias (SILVA; SILVA, 2020).

De um modo em geral, no Brasil, uma das formas encorajadas para poder recuperar a pós-pandemia é na área da construção civil, ou seja, é um segmento que sustenta a demanda; aumenta a produtividade; induz o gasto e investimento privado. Portanto, investir na construção civil em época de pandemia pode trazer crescimento econômico para o Brasil (NOGUEIRA, 2020).

Na construção civil a infraestrutura é vista como um dos principais segmentos, porém, em razão da pandemia os investimentos de infraestrutura diminuíram. Além da infraestrutura outro segmento muito importante que faz parte da construção civil é o da construção residencial, sendo pelo menos metade representada pelas construções domésticas, que são base empresarial (NOGUEIRA, 2020).

Segundo Nogueira (2020) economistas tiveram algumas ideias para solucionar a crise econômica brasileira, sendo que, alguns deles apresentam uma visão crítica frente às medidas adotadas pelo Governo Federal brasileiro.

Desta forma, o principal papel do estado é de garantir o desbloqueio da produção e do consumo por meio da expansão de seus déficits, ou seja, realizar um bom planejamento estratégico, e saber com períodos de crise.

Os Estados Unidos, por sua vez, em decorrência da pandemia tiveram que tomar algumas medidas drásticas na economia, ou seja, injetaram vários trilhões de Dólares em sua respectiva economia para pagar os trabalhadores, e, 19 bilhões para compras governamentais (TÁVORA, 2020).

A economia em 2020 poderá ser estimulada através de políticas monetária, fiscal e creditícia. Já em 2021 o governo vai retomar a economia, baseando-se principalmente na consolidação fiscal e, na busca por recursos (SILVA; SILVA, 2020).

Ainda em 2021, o que se pretende é reestimar a economia, com a realização de concessões, de aprovação de projetos, com privatizações, e com a formação de empresas (TÁVORA, 2020).

A dívida do Brasil no final de 2021 poderá ser de 55%, ou seja, um valor menor que o ano de 2018, sendo que, o esperado para 2021 é de conter e reduzir os índices de inflação, reduzir as taxas de juros e a taxa de câmbio depreciada. Portanto, se a pandemia for controlada, os impactos negativos no curto prazo podem ser evitados (SILVA; SILVA, 2020).

Os principais fatores que tendem a superar a pandemia brasileira é carência de articulação entre os agentes e instituições governamentais, os efeitos negativos da pandemia, e também a corrupção de recursos. Além destes fatores irá acontecer um grande crescimento de desemprego, como também a desigualdade renda. Portanto, com o isolamento social consequentemente irá desencadear prejuízos econômicos (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Neste sentido, conseguir superar a pandemia e manter a economia estável, será uma forma de superar a crise social, pois, o avanço do coronavírus aconteceu de maneira mais acelerada no Brasil, em razão da falta de equipamentos de segurança, pela carência de profissional, pela falta de testes, pela não utilização de máscaras, e do funcionamento de serviços não essenciais (TÁVORA, 2020).

Desta forma, no Brasil a situação se agravou por causa de que pelos menos 75% da população brasileira não possuem planos de saúde, tendo que enfrentar outras epidemias. A região mais prejudicada foi o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, por não possuírem UTIS suficientes para a demanda da população.

Enfim, mesmo em pleno final do primeiro trimestre de 2021, ainda são pequenas as perspectivas de melhorias em curto prazo da economia mundial, e da própria cura para o vírus, mas esforços tem que ser cada vez mais destinados para a criação de estratégias que possam ajudar a minimizar os impactos provocados por esta pandemia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo em geral, verifica-se que ainda não se sabe qual é o tamanho do impacto que a Covid-19 casou sobre a economia e PIB do país e como vai ser a sua retomada. Porém, as situações econômicas de muitas empresas apontam para um início de uma crise que repercute na produção interna do país, e consequentemente em sua economia. Porém, de acordo com estimativas, principalmente nos anos de 2020 e 2021, o que se sabe com certeza é que houve um grande impacto econômico da crise sanitária, bem como as medidas para atenuar os efeitos sociais e econômicos da Covid-19.

Nestes dois anos (2020 e 2021) o PIB pode cair 11% e o emprego, 14%. Portanto, este impacto depende da eficácia das medidas de isolamento, da forma de retomada da economia após a contenção do pico de contágio da pandemia e de que forma as pessoas que fazem parte desta demanda irão reagir às políticas domésticas e à evolução da economia internacional.

A redução do consumo das famílias é mais acentuada nas ocupações, em razão da importância da queda ocasionada nos setores de serviços. Sobre as exportações, a variável ocupação é a menos afetada, enquanto o VBP e a massa salarial são mais impactados por causa da redução das vendas externas.

O cenário demanda final que será mais afetado pela crise atual é a FBCF de empresas e famílias, sendo que, os indicadores da capacidade produtiva que antes da crise eram em torno de 30%, subiram para 50% nos primeiros dados divulgados, desestimulando assim, o investimento das empresas.

O governo já adotou uma série de medidas emergenciais para atendimento a muitas destas empresas, para aliviar os impactos da crise, tais como auxílio financeiro, possibilidade de redução de carga horária, auxílio em parte das folhas de pagamento, dentre outras. Porém, estas situações requerem ainda um maior apoio governamental.

Ainda, verifica-se que as universidades, bem como as instituições governamentais e não governamentais são de extrema importância para uma melhor aproximação e compreensão das realidades locais, além de que, podem aproveitar as estratégias e orientações apresentadas pelo governo do estado.

Desta forma, mesmo de os primeiros sinais da crise econômica no país ter sido observado nas atividades de serviços, outros setores serão afetados também, mesmo de forma distintas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. R. **Fiscalidade, crédito e crise no Brasil:** diagnóstico e proposições. São Paulo: Fundap, jan. 2012. (Estudos Fundap, n. 4).

AGÊNCIA BRASIL. **Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-pode-levar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública: atualizado de acordo com a Constituição de 1988.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BARBOSA FILHO, F. H. **A crise econômica de 2014/2017.** Estudos Avançados, v. 31, n. 89, 2017.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia.** 3. ed. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 620 p. Título original: Macroeconomics Third Edition. 2004.

BONECHER, E. **O Produto Interno Bruto E As Despesas Orçamentárias De Santa Catarina: 1939 a 2003.** Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia294012>>. Acesso em: 01. Mar. 2021.

BOSQUEROLLI, A. M. et.al. **Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica.** UFPR, 2020. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

CAJUEIRO, R. L. P. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** guia prático do estudante. 3. Ed. [S. l.]: Vozes, 2012. 112 p.

CAVALCANTI, M. A. F. H; VOLBUN, C. **A política do recolhimento compulsório no Brasil pós-real**. Evolução recente das políticas monetárias e cambiais e do mercado de crédito no Brasil. IPEA, 2014.

DWECK, E. **Impactos Macroeconômicos E Setoriais Da Covid-19 No Brasil**. UFRJ, 2020. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC_IE_NT_ImpactosMacroSetoriaisdaC19noBrasilvfinal22-05-2020.pdf>. Acesso em: 04. mar. 2021.

E&D. **Crise econômica faz aumentar espera de desempregos por novas vagas**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-economica-faz-aumentar-espera-de-desempregados-por-novavaga,10000006639>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

FEIJÓ, C. A. **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 356p.

GARCIA, M. E; VASCONCELLOS, M. A. **Sandoval de. Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva 2002.

GARCIA, M. **O real dilema entre inflação e crescimento. 2005. Artigo**. In: **PUC Rio, Departamento de Economia**. Disponível em: < <http://www.economia.puc-rio.br/mgarcia/Artigos/Artigos%20Valor/050415%20Real%20dilema.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ– IE. **Coronavírus: pesquisadores da UFRJ avaliam impacto econômico da doença**. 2020. Disponível em:< <https://ufrj.br/noticia/2020/03/18/coronavirus-pesquisadores-da-ufrj-avaliam-impacto-economico-da-doenca>> . Acesso em: 02. Mar. 2021.

KREIN, J. D; BORSARI, P. **Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida**. Instituto de Economia UNICAMP, 2020.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. Ed. São Paulo: EPU, 2013.

MACHADO, R M. (2009, Janeiro - Junho) **Da indústria cultural à economia criativa**. *ALCEU*, Volume 9 (nª 18), p. 83 - 95. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=324&sid=30>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, G. et al.. **A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo**. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n. 9, mar. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Boletim Macrofiscal da SPE**: maio de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/boletim-macrofiscal-maio-2020-v12.pdf/view>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

MOLLO, M. de L; SAAD FILHO, A. **Reconhecimento Social da Moeda**: Observação Sobre a Inflação e a Estabilização de Preços no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 21, n 2, 2001.

MOTA, L. H. J. **Crescimento Econômico e Combate à Crise: Posições Ortodoxas e Heterodoxas**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7323/1/2014_JanisiaHeleneLimaMota.pdf>. Acesso em: 04. mar. 2021.

MOTA, L. H. J. **Crescimento Econômico e Combate à Crise: Posições Ortodoxas e Heterodoxas**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7323/1/2014_JanisiaHeleneLimaMota.pdf>. Acesso em: 04. mar. 2021.

MULINARI, M. **A paralisia capitalista e as tarefas dos revolucionários**. Revolução cidadãos, talvez seja hora de rediscutir as medidas adotadas, levando em consideração as mais diversas opiniões expostas, em parte, pelo presente trabalho. Brasileira, 2020.

NOGUEIRA, P. B. E se eu fosse o Ministro da Fazenda? 2020. Disponível em:<<https://nocaute.blog/>>. Acesso em: 02. Mar. 2021.

OLIVEIRA, C. S. de. **A COVID-19 e o impacto econômico nas micro e pequenas empresas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 10, pp. 39-56. Junho de 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/impacto-economico#7-analise-da-eficacia-das-medidas>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

OLIVEIRA, D. H. **O Crescimento Da Economia Brasileira 2018-2023**. BNDES, 2018. Disponível em:<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf>. Acesso em: 01. Mar. 2021.

OREIRO, J. L. **Existe um limite máximo para a relação dívida pública/PIB?** Blog José Luis Oreiro. 2020. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/2020/05/13/existe-um-limite-maximo-para-a-relacao-divida-publica-pib/>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

PASTORE, A. F.; PINOTTI, M. C. **A Crise de 2008 e o Brasil**. Fórum Nacional – Edição extraordinária. Estudos e pesquisa n.259, 2008.

RABELO, J. P. **Análise Da Influência De Fatores Macroeconômicos No Comportamento Das Vendas De Varejo No Brasil No Período De 2000-2006**. Florianópolis, Julho De 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293470.pdf>>. Acesso em: 01. Mar. 2021.

SCHERER, F. S; KOWALESKI, P. S; REZENDE, S. V.J. **A dinâmica da inflação brasileira após o plano real**. Vitrine da conjuntura, Curitiba, v.3, n. 6, ago. 2010.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**. 2020. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/artigos/o-impactodapandemiadecoronavirusnospequenosnegocios,192da538c1be1710vgncvnm1000004c00210arcrd>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

SILVA, M. L; SILVA, R. A. **Economia Brasileira Pré, Durante E Pós-Pandemia Do Covid-19: Impactos E Reflexões**. UFSM, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

TÁVORA, F. L. **Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, n. 274, 2020.

VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos da economia**. São Paulo: Saraiva 2006.

VIECELI, L. **Com impacto do coronavírus, PIB brasileiro desaba 9,7% no segundo trimestre**. GZH, 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/09/com-impacto-do-coronavirus-pib-brasileiro-desaba-97-no-segundo-trimestre-ckejw5l0p000p014yw4cv3ze9.html>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

CARRARA, A. F. e CORREA, A. L. **O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA**. Revista de Economia Contemporânea, v. 16(3), p. 441- 462 2012.

SOUZA, N. de J. **Inflação e desenvolvimento econômico**. In: SOUZA, Nali de J. (org.). A economia da Inflação. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1992.

SOUZA, J. R.C. J. LAMEIRAS, M. A. P.L. et al. **Política de metas de inflação: teoria e evidências empíricas**. Evolução recente das políticas monetárias e cambiais e do mercado de crédito no Brasil. IPEA, 2014.

SOUZA, S. P. **A inflação no Brasil no regime de metas (1999-2013): evolução, determinantes e políticas econômicas**. Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/economia/wp-content/uploads/2016/03/a-infla%3%87%c3%83o-no-brasil-no-regime-de-metas-1999-2013-evolu%3%87%c3%83o-pol%3%8dticas-e-determinantes-patricia-silva-de-souza.pdf>>. Acesso em: 04. mar. 2021.